

Universidade em risco: Plenária da Adunesp indica caminho da reação e mobilização da comunidade

Estamos vivendo momentos excepcionalmente críticos, que colocam sob enorme risco a Universidade que construímos até agora com o trabalho e a dedicação de gerações de servidores técnico-administrativos e docentes que, graças à sua energia e competência profissional, colocaram a Unesp no lugar em que ela está. E tudo isso foi feito com muita luta, impedindo que alguns reitores irresponsáveis, comprometidos com forças políticas que pouco apreço tinham, e têm, para com a universidade pública de qualidade e socialmente referenciada, pusessem tudo a perder. Hoje, estamos à mercê de uma gestão reitoral cuja inépcia no trato das questões financeiras, administrativas, acadêmicas e políticas, ao que tudo indica, não está à altura da Universidade à qual foi eleita para dirigir.

Esta foi a conclusão central da Plenária Estadual da Adunesp, realizada em 4/4/2019, em São Paulo. Foi unânime a avaliação de que há um cenário de desastre iminente e irreversível, que só pode ser modificado se a comunidade unespiana ocupar o lugar que lhe cabe nessa conjuntura para impedir que esta gestão, que tem aprofundado a relação histórica de vassalagem com o governo estadual, mantenha a política de sustentar a Unesp com os nossos salários e os nossos direitos, sacrificando o futuro da nossa Universidade em nome de uma sustentabilidade inalcançável sem que a crise de financiamento seja minimamente equacionada, e superada.

A Plenária discutiu e aprovou deliberações sobre temas importantes para a Unesp, como veremos de modo resumido a seguir:

A luta pelo 13º salário

Com os atos organizados pelo Fórum das Seis (em 13/12, 22/1 e 14/2) e a greve de servidores técnico-administrativos e docentes em alguns campi, entre outras atividades de mobilização, foi possível pressionar o Conselho Universitário para que rejeitasse a proposta inicial da reitoria (pagamento do 13º salário de 2018 aos estatutários em quatro parcelas ao longo de 2019)



e avançasse para o acerto em duas parcelas, embora nossa reivindicação fosse de pagamento integral e imediato.

A mobilização também abriu um canal de negociação entre Adunesp, Sintunesp, Comissão de Orçamento e assessores da reitoria, até então inexistente, para debater a situação do 13º salário dos estatutários. A primeira reunião ocorreu no dia 21/2 e a segunda em 21/3, sendo que desta última resultaram alguns avanços. Adunesp e Sintunesp defenderam a criação de uma conta corrente específica para o depósito dos valores destinados ao 13º salário e às férias de 2019. Os representantes da reitoria concordaram na abertura da conta e fizeram a salvaguarda de que tais valores só poderão ser mexidos se for para pagamento de pessoal. Houve acordo na reivindicação de reuniões mensais entre as partes, para acompanhamentos desta conta e de tudo o que se refere ao 13º salário e às férias. A próxima está agendada para 17 de abril.

Termo de Compromisso entre reitor e governo estadual

Sem consulta aos colegiados centrais da Universidade, o reitor da Unesp assinou, em 12/2/2019, um Termo de Compromisso com o governo do estado (por meio das secretarias de Desenvolvimento Econômico e da Fazenda e Planejamento). Conforme noticiou a Adunesp em vários boletins, o teor do Termo de Compromisso, que contém cinco páginas, é muito grave, pois leva à constatação de que a reitoria da Unesp abriu mão da autonomia da Universidade – por ironia, em troca de nada, pois o dinheiro recebido (R\$ 130 milhões, em duas parcelas nos meses de fevereiro e maio) é uma simples antecipação de recursos já previstos para 2019. O valor será descontado das cotas de ICMS que o governo repassará à Unesp, em sete parcelas de junho a dezembro de 2019.

Por incrível que pareça, nes-



se documento foram apontadas como positivas algumas medidas tomadas pelo reitor para superar a crise de financiamento, como “o congelamento das contratações e das progressões nas carreiras dos servidores técnico-administrativos e docentes”, “o não pagamento do dissídio (de 3%) aprovado pelo Cruesp em 2016” e, também, as reformas administrativa e acadêmica “em andamento ou aguardando análise dos órgãos colegiados da universidade” (a serem “monitoradas” pelo governo), além da “definição de de parâmetros de referência para a execução orçamentária e sustentabilidade de longo prazo”, “os estudos para a diversificação de receitas para financiamento da Universidade, incluindo o incentivo a parcerias com a iniciativa privada e outros órgãos públicos”.

Ou seja, os recursos necessários para suprir a falta de financiamento estatal adequado, de acordo com o Termo de Compromisso, continuarão sendo pagos pela comunidade acadêmica e com o sacrifício da qualidade dos serviços que a Universidade presta à população.

A Plenária da Adunesp de 4/4 deliberou:

- Indicar que a discussão sobre o Termo de Compromisso seja pautada em todos os colegiados centrais, propondo que se manifestem a respeito.
- Consultar a assessoria jurídica da Adunesp sobre a competência do reitor em assinar um documento que fere a autonomia da Universidade.

Reformas acadêmica e administrativa

Frente às propostas de reformas feitas pela reitoria (Financeira, Administrativa e Acadêmica), os presentes à Plenária de 4/4 consideram que não temos que discuti-las antes que a Universidade disponha de um diagnóstico amplo, a partir das unidades, que poderá apontar a necessidade ou não de tais reformas. Se necessárias, será preciso discutir quais finalidades elas teriam, com vistas à qual modelo de universidade. Também foi considerado oportuno que, nesse momento difícil, sejam resgatadas as experiências institucionais bem sucedidas, especialmente a Assembleia Universitária realizada em 2000, os Fóruns das Grandes Áreas (em 2011) e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A Plenária da Adunesp em 4/4 deliberou:

- Solicitar às Congregações que façam um diagnóstico local, considerando itens como: déficit de pessoal, situação atual dos cursos de graduação e do organograma administrativo das unidades.
- Solicitar às Congregações que se manifestem sobre as propostas de reformas feitas pela reitoria (obs.: a Adunesp já enviou ofício e subsídios às Congregações com este pedido).
- Elaborar documento base para ser levado às câmaras de vereadores e aos deputados nas regiões, expondo a situ-



ação da Unesp em relação à crise de financiamento (especialmente a Insuficiência Financeira) e solicitando apoio.

- Promover – pela AD Central e pelas subseções locais da Adunesp – a realização de debates sob o tema central “O desmonte da Unesp”, discutindo a Universidade na conjuntura atual.

Alteração dos critérios para obtenção do título de livre docente e concursos para titular

Está em discussão no CEPE a mudança dos critérios para a obtenção do título de Livre Docente e para o concurso de Professor Titular, proposta pela reitoria. Considerando a conjuntura atual, a proposta não pode ser compreendida sem que consideremos o cenário composto pela crise por que passa a Unesp e a forma como está sendo gerida pela administração superior da Universidade.

Essa iniciativa reitoral está evidentemente atrelada à pressão do reitor em tomar medidas que impliquem em economia de recursos para embasar a sua subserviência ao governo estadual, conforme publicamente explicitado no que está escrito no “Termo de Compromisso”. É inaceitável que um assunto que tem implicações na qualificação, e na carreira, de profissionais cuja atividade está estruturalmente ligada às atividades fim da Universidade, esteja submetido à ansia da reitoria em mostrar serviço ao governo estadual, num momento em que a Unesp está em sério risco de ter o seu caráter público, gratuito e de produção de conhecimento e pensamento crítico desfigurado para atender a uma espécie de “ajuste fiscal”, sem nenhuma preocupação com a qualidade dos serviços que presta ao estado de São Paulo e ao país.

Um exemplo claro é a desconsideração das bolsas PIBID como obtenção de recursos externos. Esse programa tem um impacto significativo na melhoria do ensino fundamental e médio e constitui um instrumento importante para a interação da Universidade com a sociedade.

Diante disso, a Plenária da Adunesp considera que as mudanças dos critérios para a obtenção do título de Livre Docente e para o concurso para Professor Titular devem ser rejeitadas.

Data-base 2019

Sob a coordenação do Fórum das Seis, as entidades sindicais e estudantis das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza já iniciaram a mobilização para a campanha salarial 2019.

A Plenária da Adunesp em 4/4 referendou os 3 eixos centrais apontados pelo Fórum para esta data-base: o reajuste salarial (“Arrocho, não! Isonomia, já!”), defesa das universidades (luta pelo financiamento público adequado, liberdade de cátedra, plano de permanência estudantil, recursos para os HUs etc.) e contra a reforma da Previdência.



Em relação à reivindicação salarial, partindo do princípio de que o primeiro passo para a recuperação de nossas perdas históricas é o referencial imediato de maio de 2015, está sendo proposta a seguinte redação para a reivindicação salarial deste ano:

- considerando as perdas desde maio de 2015 (índice Dieese), que se estabeleça o compromisso do Cruesp com o Fórum das Seis de um plano de recuperação salarial – articulado à arrecadação de ICMS – que se inicie com uma parcela de 8% de reajuste em maio/2019 para todos + 3% na Unesp para compensar a não concessão dos 3% em maio de 2016.

Obs.: Na Unesp, para compensar a não concessão dos 3% em maio/2016, a reivindicação para maio/2019 vai a 11,24% (mais o retroativo a maio/2016).

Chapão da Adunesp – Eleições para os colegiados centrais

No segundo semestre deste ano, haverá eleições para os órgãos colegiados centrais, e os novos conselheiros tomarão posse em 2020. Neste momento, em que a Unesp está vivendo as consequências perversas da crise de financiamento, agravada pela subserviência do reitor às conveniências do governo estadual, a administração central tem se empenhado em pressionar esses colegiados para aprovarem medidas que colocam a Universidade numa trajetória autofágica. As principais medidas são o arrocho salarial (para carrear recursos para o custeio), a suspensão de contratações e dos planos de carreira, o aprofundamento da precarização das condições de trabalho e estudo, tudo isso, com a evidente finalidade minimizar custos.

Comparando a eleição para os colegiados centrais de 2017 com a anterior, realizada em 2015, o número de eleitores diminuiu 6,54%, e o número de votantes aumentou 11,12%. Ou seja, diminuiu o número de eleitores, mas aumentou expressivamente o número de votantes. Ao que tudo indica, isto decorreu do empenho de alguns diretores de unidade que, no final de 2017, fizeram uma campanha massiva e conseguiram eleger muitos conselheiros não comprometidos com as pautas do “Chapão da Adunesp”. Esse engajamento das direções de várias unidades, propiciou mais votos para as chapas incentivadas por eles e, embora tivéssemos mais votos por chapa nos candidatos do “Chapão” do que na eleição anterior, não foi possível elegermos um número significativo de con-

selheiros. Uma das consequências disso é que muitos dos eleitos tiveram uma atuação apática, contribuindo para criar as condições que tornaram mais fácil a aprovação das propostas da reitoria que nos levaram à situação de risco iminente em que a Unesp se encontra hoje.

Levando em conta o recrudescimento da crise por que passa a nossa Universidade, e da possível mobilização das forças políticas que apoiam, ou são insensíveis, às iniciativas reitorais autofágicas, será necessário que as subseções locais e representantes de base da Adunesp façam um trabalho intenso de divulgação das candidaturas do “Chapão”, de modo a elegermos uma bancada de conselheiros que esteja comprometida com a preservação do modelo de Universidade que construímos até hoje, e tenha disposição de luta conjunta e articulada para enfrentar os desmandos do reitor e fazer valer as expectativas da comunidade unespiana, de preservação da nossa Universidade com o seu caráter público, gratuito e socialmente referenciado. Para isso, é fundamental que se iniciem as discussões sobre as indicações, e que fechemos os nomes para compor o Chapão, de modo a chegarmos no Encontro de Subseções e Representantes de Base da Adunesp, em maio, com essa questão já encaminhada.

Outra questão de grande importância a ser encaminhada é a sincronização dos mandatos desses colegiados. Atualmente, têm ocorrido eleições avulsas no meio dos mandatos, para suprir a vaga de conselheiros que se afastam por alguma razão. A Plenária Estadual da Adunesp encaminha que nos manifestemos, por todos os meios disponíveis, pela preservação do período de mandato nesses colegiados, defendendo que, caso o conselheiro titular se afaste, que o seu suplente assumo o restante do tempo e, caso isso não aconteça, que seja eleita nova chapa por ocasião das eleições que devem ocorrer somente no final do período correspondente ao mandato.

Comissão Permanente de Avaliação (CPA)

Em seus artigos 26, 27 e 28, o Regimento Geral da Unesp estabelece que a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) está diretamente subordinada ao reitor, sendo seus membros indicados exclusivamente por ele, cabendo a ela assessorá-lo “em assuntos referentes à avaliação acadêmica e institucional da Universidade e à definição e aplicação dos regimes especiais de trabalho docente, bem como do regime de trabalho dos pesquisadores, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Universitário”.

Por outro lado, a Resolução Unesp nº 21, de 24/2/2006, que dispõe sobre a constituição e as atribuições da Comissão de Contratação Docente (CCD), estabelece em seu artigo 1º que esta comissão é “órgão

consultivo e de assessoramento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária, para assuntos de contratação de docentes” e que o “Presidente da Comissão de Contratação Docente será indicado, dentre seus membros, pelo reitor.”.

Considerando que a CPA tem todos os seus membros indicados pelo reitor e que foi concebida e regulamentada como órgão consultivo e de assessoramento, a sua presença no CEPE, com direito a voto, não se sustenta porque:

- Na medida em que as atribuições do CEPE vão além daquelas que são objeto da CPA, isso implica que seu/sua presidente, em tendo direito a voto, terá que se manifestar sobre matérias que não dizem respeito ao âmbito de atuação da comissão que preside, extrapolando, desse modo, a esfera de competência a ela atribuída quando criada, e dentro da qual se espera que atue junto ao colegiado.

- Outro aspecto, esse de relevância política, que não pode deixar de ser mencionado, é que, se o/a presidente dessa comissão tornar-se membro do colegiado, o número de representantes da reitoria subiria de cinco (Vice-Reitor, Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pró-Reitor de Graduação, Pró-Reitora de Pesquisa, Pró-Reitora de Extensão Universitária) para seis. Com essa iniciativa, aumentaria consideravelmente o peso específico da reitoria nas decisões do colegiado, o que certamente não se coaduna com o espírito democrático que inspirou a constituição de uma universidade colegiada.

- Considerando que a avaliação docente é parte da avaliação institucional, e que esta função diz respeito às atribuições do CEPE, a sua atuação, numa universidade colegiada, deve ser exercida com uma composição que não reflita posições monocráticas do reitor, ou de quem quer que seja, o que torna imprescindível que encontremos urgentemente uma forma mais democrática e impessoal de escolher os seus membros.

Por esses motivos, ao discutir essa questão, a Plenária Estadual da Adunesp deliberou solicitar a todas as subseções do Sindicato que debatam essa questão, com o objetivo de estimular a comunidade unespiana, e também os membros desse colegiado, a se manifestarem sobre a composição e o papel que deve caber à CPA no organograma da Unesp, uma vez que docentes com relevantes serviços prestados à nossa Universidade têm sido submetidos a inúmeras situações de constrangimento em decorrência da atuação desta comissão e, certamente, isto não contribui para o aprimoramento da Unesp, ao contrário, estabelece um verdadeiro clima de terror que põe em risco a sua saúde mental e intensifica o processo de precarização das nossas condições de trabalho.

Medida Provisória 873/2019 e Decreto 9.735/2019

O governo Bolsonaro editou a medida provisória

(MP) 873/2019 e o Decreto 9.735/2019, que impõem sérias restrições ao processo de pagamento das mensalidades sindicais (impedindo o desconto em folha), mesmo no caso, como é o nosso, em que elas são voluntárias. Por enquanto, a medida é válida no âmbito das instituições federais, mas há possibilidade de serem adotadas pelo governo do estado de São Paulo.

Diante disso a Plenária deliberou indicar às subseções da Adunesp que acompanham essa discussão e comecem a fazer ações locais no sentido de levantar possibilidades de novas formas de arrecadação. Em breve, a AD Central enviará um ofício circular para as subseções com mais detalhes sobre essa questão.

Reforma da Previdência

Tendo em vista a necessidade de ampliar a luta contra a Reforma da Previdência, que ameaça o direito à aposentadoria de todos os trabalhadores, a Plenária da Adunesp de 4/4 indica a divulgação massiva nos campi das novas atividades de reação organizadas unitariamente pelas centrais sindicais. As subseções e representantes de base da Adunesp serão chamadas a encampar o abaixo-assinado em andamento. Em breve, a Adunesp divulgará boletim específico sobre o assunto.

Situação da Subseção da Adunesp de Franca

A subseção da Adunesp do campus de Franca está há alguns anos sem diretoria constituída. Não houve nova eleição quando terminou o mandato da última gestão. Recentemente, houve uma reunião no campus, com a presença do Secretário Geral da Adunesp Central, em que um grupo de docentes manifestou a intenção de montar uma chapa.

Será convocada uma assembleia local no dia 5/5 para dar andamento às decisões tomadas na reunião.

A Plenária Estadual deliberou que, caso não seja possível a constituição de uma diretoria, os valores decorrentes das mensalidades retidos na conta bancária da subseção de Franca passarão para a AD Central.

Encontro de Subseções e Representantes de Base da Adunesp

Com o objetivo de seguir debatendo a situação da Universidade, a mobilização dos docentes e a ampliação da organização de base do Sindicato, a Plenária Estadual de 4/4 aprovou a realização de um Encontro de Subseções e Representantes de Base da Adunesp. A atividade deverá ocorrer em meados de maio, com data e local a serem divulgados em breve.